

redução no consumo, exceto por ficar privada desses produtos. Numa Economia, o governo não é só consumidor, no momento que ele deixa de gastar ele reduz a demanda de produtos que são fabricados por esse mesmo país. Ao reduzir o consumo, pode afetar os empregos; pessoas desempregadas consomem menos; quanto menor o consumo, e por consequência a produção, menor o nível de impostos recolhidos; menor a receita do governo; diminuindo a receita, é necessário, por essa lógica, cortar ainda mais o consumo, o que torna um círculo vicioso de retração econômica.

## 08. Que outras medidas poderiam ser adotadas para equilibrar as contas públicas?



Site: Site Freepik

No momento de buscar soluções para o equilíbrio das contas públicas, sempre é focada a redução do gasto. Mas outra medida que poderia ser tomada é o aumento das receitas, e não necessariamente com o aumento de impostos.

Medidas como o combate a sonegação, fim de isenções fiscais, taxação de lucros e dividendos poderiam gerar muito mais receita do que o montante de gastos cortados.

## 09. Como pode ser revertida essa Emenda? Ela pode ser revogada por um novo governo?

A única forma de reverter a EC nº 95/2016 é através de uma nova emenda constitucional, o que torna bastante difícil para um novo governo implementar.

## 10. Como essa Emenda pode afetar a prestação de serviços públicos à população?

Ao congelar o aumento real de investimentos em Educação, corre-se o risco de afetar a qualidade do ensino ofertado e a própria universalização do acesso ao ensino básico. Considerando que o ensino básico ainda não é universal e que a população aumenta a cada ano, na prática, essa política representa uma retração na abrangência dos jovens em idade escolar, ou, na melhor das hipóteses, supre-se a necessidade de vagas mas com o comprometimento da qualidade do ensino.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT



Consulte o texto completo da Emenda Constitucional em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)



Acadêmica: Adriana Clarice Henning

Orientadora: Profª. Drª. Letícia Ramalho Brittes

JAGUARI, 2020

Este material é resultado do desenvolvimento da pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado do ProfEPT, destina-se àquelas pessoas que possuem pouco ou nenhum conhecimento acerca da Emenda Constitucional nº 95/2016, com o intuito de fornecer informações básicas para uma aproximação com seu conteúdo e implicações. Mais informações poderão ser obtidas na Dissertação de Mestrado intitulada EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016: AMEAÇAS E DESAFIOS AO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.

## 1. Mas afinal, o que é a Emenda Constitucional nº 95/2016?



Fonte: Site Nith

No ano de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/2016), também conhecida como Novo Regime Fiscal. O ponto central dessa Emenda é o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

## 2. Por quanto tempo esse congelamento vai durar?

A duração da Emenda é de 20 anos, começando em 2016, ou seja, até 2036. Após 10 anos, poderá haver uma revisão de qual índice será utilizado para corrigir a inflação.

## 3. Por que o Novo Regime Fiscal precisou tramitar como uma Emenda Constitucional?

O Novo Regime Fiscal precisou tramitar como uma proposta de emenda constitucional para desvincular os gastos com Saúde e Educação da garantia de investimento mínimo previsto na Constituição.

## 4. Os gastos com Saúde e Educação serão afetados pela Emenda Constitucional nº 95/2016?

Sim! A única diferença é que os gastos com Saúde e Educação precisam, obrigatoriamente, ser reajustados pelo IPCA, enquanto os demais podem ser reajustados pela inflação, mas sem obrigatoriedade.



Fonte: Site Pngtree

## 5. Essa Emenda faz parte de um projeto político mais amplo?

Diante da crise econômica e política, agravada a partir de 2014, surge a oportunidade de inserir na pauta econômica do governo a necessidade de implantar um novo regime fiscal que promova cortes no gasto público de maneira sistemática, objetivando uma “reequilíbrio” das contas públicas. Essa Emenda é fruto de um longo período de tentativas de reduzir a responsabilidade do Estado, desde a década de 1990, com o advento do neoliberalismo, que ocorre desmonte dos serviços públicos. Nessa lógica, o público tem por objetivo apenas servir o privado, ou seja, onde o Estado tem como função principal atender aos interesses das grandes empresas e corporações.

## 6. Com essa Emenda, o crescimento econômico ou demográfico do país pode afetar o orçamento do governo federal?

A EC nº 95/2016 não leva em consideração o aumento do PIB, nem o aumento demográfico, o que gera distorções significativas no atendimento à população, uma vez que o aumento de pessoas que necessitam desses serviços não terá contrapartida no aumento dos recursos financeiros necessários. Ao desvincular os gastos públicos de qualquer relação com o crescimento econômico, a longo prazo, ocorre uma retração desses gastos em relação ao PIB.



Fonte: Site TEC Carbonifera

## 07. Está correto comparar a economia de um país com a economia de uma família?



Fonte: Site Wallo

A economia de um país não funciona da mesma forma que a economia de uma família. Cortar gastos para pagar dívidas pode ser uma boa estratégia para uma unidade familiar mas, para uma Economia inteira, significa deixar de investir em áreas que trarão reflexo no futuro. Além disso, quando uma família deixa de consumir para utilizar aquele dinheiro para pagar suas dívidas, ela não é afetada pela